Plan International Brasil

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras **3**

Balanços patrimoniais **6**

Demonstrações dos resultados **7**

Demonstrações dos resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto **10**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **11**

KPMG Assurance Services Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto 101 – parte e 701 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Plan International Brasil

São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Plan International Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Plan International Brasil em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada, de responsabilidade limitada.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.9

  Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada, de responsabilidade limitada.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de junho de 2026

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC 2SP-023228/O-4

Alexandre Mai
Contador CRC 1SP215290/O-4

KPMG Assurance Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada, de responsabilidade limitada.

KPMG Assurance Services Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Plan International Brasil

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.152.488	49.361.926
Recursos vinculados a projetos	5	699.146	1.924.668
Contas a receber de clientes		1.045	1.045
Estoques de mercadorias		13.763	41.198
Adiantamentos diversos	6	178.234	157.393
Impostos a recuperar		3.306	3.304
Despesas antecipadas		44.470	10.198
Total do ativo circulante		**58.092.452**	**51.499.732**
Ativo realizável a longo prazo			
Depósitos em caução	6	117.456	89.700
Total do ativo realizável a longo prazo		**117.456**	**89.700**
Imobilizado	7	404.426	523.619
Intangível		63.000	63.000
Total do ativo não circulante		**584.882**	**676.319**
Total do ativo		**58.677.334**	**52.176.051**

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	8	10.220	44.046
Salários, provisões e contribuições sociais	9	1.549.629	1.538.789
Obrigações tributárias	10	24.758	18.049
Receita diferida de projetos	11	699.146	537.851
Demais provisões	12	344.851	506.038
Total do passivo circulante		**2.628.604**	**2.644.773**
Passivo não circulante			
Receita diferida de projetos	11	-	1.386.817
Total do passivo não circulante		**-**	**1.386.817**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	14	238.665	238.665
Reservas para projetos sociais		55.810.065	47.905.796
Total do patrimônio líquido		**56.048.730**	**48.144.461**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**58.677.334**	**52.176.051**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	15	34.108.098	70.644.522
Custos com projetos sociais	16	(23.131.824)	(19.718.757)
Resultado bruto		**10.976.274**	**50.925.765**
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(9.353.605)	(8.838.960)
Despesas com gratuidade	17	(358.489)	(324.606)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	10.726	(59.397)
		(9.701.368)	(9.222.963)
Superávit das atividades antes do resultado financeiro		**1.274.906**	**41.702.802**
Despesas financeiras	18	(25.355)	(15.361)
Receitas financeiras	18	6.654.720	3.892.388
Resultado financeiro líquido		**6.629.365**	**3.877.027**
Superávit do exercício		**7.904.271**	**45.579.829**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	2025	2024
Superávit do exercício	**7.904.271**	**45.579.829**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**7.904.271**	**45.579.829**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

	Patrimônio social	Reservas para projetos sociais	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2024	**238.665**	**2.325.967**	**-**	**2.564.632**
Superavit do exercício	-	-	45.579.829	**45.579.829**
Transferência entre reservas	-	45.579.829	(45.579.829)	-
Em 31 de dezembro de 2024	**238.665**	**47.905.796**	**-**	**48.144.461**
Superávit do exercício	-	-	7.904.271	7.904.271
Transferência entre reservas	-	7.904.269	(7.904.271)	(2)
Em 31 de dezembro de 2025	**238.665**	**55.810.065**	**-**	**56.048.730**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Plan International Brasil

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em Reais)

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		**7.904.271**	**45.579.829**
Ajustes para:			
Depreciação	7	245.151	269.147
		8.149.422	**45.848.976**
(Aumento) diminuição dos ativos			
Recursos vinculados a projetos		1.225.522	1.832.905
Adiantamentos diversos		(20.841)	(80.864)
Impostos a recuperar		(4)	-
Despesas antecipadas		(34.272)	5.755
Estoques de mercadorias		27.435	(28.658)
Depósitos em caução		(27.756)	(8.520)
Aumento (diminuição) dos passivos			
Fornecedores		(33.826)	(9.730)
Salários, provisões e contribuições sociais		10.840	285.485
Obrigações tributárias		6.709	10.748
Receita diferida de projetos		(1.225.522)	(1.832.905)
Demais provisões		(161.187)	343.506
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**7.916.520**	**46.366.698**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	7	(125.958)	(171.801)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		**(125.958)**	**(171.801)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**7.790.562**	**46.194.897**
Caixa no início do exercício	4	49.361.926	3.167.029
Caixa ao final do exercício	4	57.152.488	49.361.926
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**7.790.562**	**46.194.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Plan International Brasil ("Plan Brasil" ou "Entidade"), fundada em 15 de dezembro de 1997 é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, sem filiação religiosa ou política, que tem por objetivo contribuir para a construção de um mundo onde todas as crianças realizem seu pleno potencial, em sociedades que respeitem os direitos e a dignidade das pessoas.

A Entidade tem sede e foro na Rua dos Flamengos, n° 20 - Quadra 4, bairro do Calhau, São Luís - Maranhão, e pode desenvolver suas atividades por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Seu escritório nacional encontra-se na Rua Enxovia 472, Sala 1.007, Vila São Francisco, São Paulo, onde encontra-se a administração da Entidade.

Para o cumprimento dos seus objetivos, a Entidade orienta suas ações no sentido de promover o apoio humanitário e o desenvolvimento comunitário centrado na criança e no adolescente, garantindo o pleno cumprimento dos Direitos da Criança e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Viabilizando compromissos de longo prazo com as crianças e adolescentes, alcançando maior impacto na luta contra a pobreza infantil, facilitando a comunicação entre crianças, adolescentes e adultos de todo mundo, o entendimento mútuo e encontrando soluções inovadoras para assegurar o pleno cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, aplicando em todos os programas os princípios do Desenvolvimento Comunitário Centrado na Criança e no Adolescente.

Atualmente, a Plan Brasil tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

Água, Saúde e Vida
Melhorar as condições de vida das crianças, e especialmente das meninas, através do acesso à água encanada segura e limpa, promovendo a melhoria da saúde física e menstrual, e contribuindo para um ambiente mais igualitário entre meninos e meninas.
Vigência: Codó: 01/11/2020 a 31/10/2026

Cambalhotas
Fortalecer as capacidades de meninas e meninos de 7 a 11 anos, para que conheçam seus direitos e participem na sua proteção, com foco na prevenção das violências baseadas em gênero.
Vigência: Codó: 01/07/2020 a 30/06/2026
Vigência: São Paulo: 01/07/2022 a 20/08/2027

Cambalhotas (MDH)
Fortalecer as capacidades de meninas e meninos de 7 a 11 anos, para que conheçam seus direitos e participem na sua proteção, com foco na prevenção das violências baseadas em gênero.
Vigência: Teresina: 29/12/2023 a 15/01/2026

Ciranda - São Luís

Gestantes e crianças pequenas melhoram seu desenvolvimento, com políticas públicas fortalecidas e promoção de habilidades parentais focadas nos saberes tradicionais locais e sensíveis às questões de gênero, raça e etnia.
Encerrado: São Luís: 19/09/2023 a 31/03/2025

Comunidades pelo Clima - Alcoa

Aumentar as capacidades de comunidades em situação de vulnerabilidade, localizadas na região do sul da ilha de São Luís - MA, para adaptarem-se às mudanças climáticas e seus impactos.
Vigência: São Luís: 01/01/2023 a 29/05/2026

Empodera Elas - Codó

O projeto Empodera ELAS é uma iniciativa da Plan International Brasil com o objetivo de estimular o empoderamento feminino, com foco na melhoria da autoestima, no fortalecimento da identidade e protagonismo de jovens mulheres, contribuindo com a geração de renda para elas e suas famílias.
Vigência: 01/02/2022 a 30/04/2026

Escola de Lideranças para Meninas - KCC

Empoderar as meninas para a prevenção das violências baseadas em gênero, desenvolvendo suas habilidades para a vida, seus conhecimentos sobre seus direitos e promovendo sua participação cidadã, com ações de incidência para promover o direito a uma vida sem violência.
Vigência: Salvador: 15/03/2022 a 31/07/2028

Programa Adolescente Saudável - São Paulo

Contribuir para melhorar a saúde e igualdade de gênero de pessoas jovens entre 10 e 24 anos em áreas carentes da zona sul de São Paulo.
Encerrado: São Paulo: 01/10/2020 a 30/11/2025

Pontes para o Futuro - São Paulo

O projeto Pontes para o Futuro visa capacitar jovens, especialmente mulheres jovens, para que alcancem a inclusão social, vivam livres da violência de gênero e busquem seus projetos de vida. Orientado por uma perspectiva intersetorial, o projeto desenvolverá suas atividades sob a proposta de 4 pilares temáticos: 1. Empoderamento, Normas de Gênero e SDSR (corte transversal); 2. Educação; 3. Empoderamento Econômico; 4. Ambiente favorável.
Vigência: São Paulo: 01/07/2022 a 20/08/2027

Jovens Líderes Pelo Fim da Violência de Gênero - São Paulo

O objetivo geral do projeto é fomentar práticas feministas emancipatórias em jovens mulheres para aperfeiçoarem suas capacidades de independência, liderança, para uma atuação em rede para prevenir e combater as violências baseadas em gênero.
Vigência: São Paulo: 05/07/2024 a 10/05/2026.

Cambababy - São Luís
O objetivo do projeto Cambababy é fortalecer a proteção e o desenvolvimento integral de meninas e meninos de 3 a 6 anos através das ações de multiplicação protagonizadas pelos profissionais da educação com base nas temáticas de prevenção às violências e promoção de espaços saudáveis.
Encerrado: São Luís: 24/09/2024 a 23/09/2025.

Down to Zero - São Luís
Este programa é uma proposta com foco geral em proteger melhor as crianças em toda a sua diversidade da exploração sexual.
Vigência: São Luís: 01/03/2023 a 28/02/2026.

Líderes da Mudança
O projeto busca promover a igualdade de gênero ao engajar meninas e meninos de forma igualitária no esporte. Ele fortalece capacidades de jovens para adotarem atitudes que apoiem o empoderamento feminino e a saúde sexual e reprodutiva, além de envolver famílias e comunidade na promoção de direitos e prevenção da gravidez na adolescência.
Encerrado: São Paulo 27/11/2023 a 31/03/2025

Líderes da Mudança
O projeto busca promover a igualdade de gênero ao engajar meninas e meninos de forma igualitária no esporte. Ele fortalece capacidades de jovens para adotarem atitudes que apoiem o empoderamento feminino e a saúde sexual e reprodutiva, além de envolver famílias e comunidade na promoção de direitos e prevenção da gravidez na adolescência.
Vigência: São Luís 01/08/2025 a 31/07/2026

Cambalhotas Projeto José Setubal
O objetivo do projeto é custear as atividades referentes à construção de materiais e metodologias para trabalhar os temas de alimentação saudável e educação ambiental na educação infantil no Maranhão - Brasil, no contexto do Projeto Cambalhotas.
Vigência: Codó 11/02/2025 a 10/02/2026

Aprender e Proteger - São Paulo
O projeto propõe intervenções dirigidas às meninas, suas famílias e ao sistema de proteção de crianças e adolescentes, a fim de minimizar os impactos da pandemia Covid-19 e as desigualdades sociais que ela acentua.
Encerrado: São Paulo: 01/10/2020 a 31/12/2024.

PATROCÍNIO

Cambalhotas - Patrocínio
Fortalecer as capacidades de meninas e meninos de 7 a 11 anos, para que conheçam seus direitos e participem na sua proteção, com foco na prevenção das violências baseadas em gênero.
Vigência:
São Luís: 01/07/2018 a 30/06/2026
Teresina: 01/07/2018 a 30/06/2026

Líderes da Mudança - Patrocínio
O Projeto Líderes da Mudança busca promover a Inclusão social, igualdade de gênero, facilitando o reconhecimento das capacidades de meninas e meninos de 12 a 17 anos, fortalecendo sua autoestima e a não disseminação da cultura machista, apoiando com informações necessárias para que meninas e meninos exerçam o direito à sua cidadania, aprendendo por meio do esporte e de atividades socioeducativas.
Vigência:
São Luís: 01/07/2018 a 30/06/2026
Teresina: 01/07/2024 a 30/06/2026
Codó: 01/07/2024 a 30/06/2026

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador em 29 de maio de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC PME (R1) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A Administração não identificou incertezas relacionadas à premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar num ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal.

3 Políticas contábeis materiais

a. Instrumentos financeiros

(v) *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(vi) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. As aplicações financeiras possuem risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Essas aplicações são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

(vii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(viii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2025 e 2024, incluindo operações de *hedge*.

b. Imobilizado

(i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando necessário, por perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)*.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

(ii) *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável e reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o período corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios de escritório	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de balanço para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Plan Brasil é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Na avaliação da probabilidade de perda, a Administração da Entidade considera a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

f. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos circulantes, sujeitos à variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação.

g. Patrimônio líquido

Representa o patrimônio social da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

h. Apuração do resultado e reconhecimento de receitas e despesas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As contribuições associativas são reconhecidas no resultado do ano a que se referem.

(i) *Receitas com doações*

As doações para financiar os custos da Entidade são reconhecidas no resultado do exercício para o qual o recurso foi destinado pelo associado.

(ii) *Receitas com subvenção*

As receitas de subvenções são reconhecidas ao longo do mesmo período da despesa. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade atendeu à seção 24 do CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a Resolução do CFC nº 2015/ITG2002(R1) que aprovou a ITG 2002 (R1).

(iii) ***Receitas com gratuidades***

Denomina-se gratuidade todo o esforço e dispêndios realizados em projetos dos quais não se espera a mesma realização (recebimento) de receita que a de um projeto semelhante nas condições normais do negócio. As receitas com gratuidades são reconhecidas ao longo do mesmo período da despesa. Na escrituração contábil, os atos e fatos são segregados por área de atuação obedecendo a critérios específicos a fim de possibilitar a comprovação dos requisitos para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em Educação e Saúde, em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 2015/ITG2002(R1) que aprovou a ITG 2002 (R1).

(iv) ***Prestação de serviços***

As receitas de prestação de serviço são reconhecidas ao longo do mesmo período da despesa, respeitando os requisitos para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) em Educação e Saúde, em consonância com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 2015/ITG2002(R1) que aprovou a ITG 2002 (R1).

(v) ***Venda de livro e copo personalizado***

A receita com venda de livro e copo personalizado é creditada ao resultado quando da entrega do produto.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

j. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A Entidade divulga informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 24.

k. Trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. A Entidade registrou as receitas, os custos e as despesas com trabalhos voluntários e gratuidades conforme demonstrado nas notas explicativas nº 15, 16 e 17.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa	87.210	73.456
Bancos	3.020.490	223.726
Aplicações financeiras (i)	54.044.788	49.064.744
Total	**57.152.488**	**49.361.926**

(i) Estão, substancialmente, compostas por aplicações em cotas de fundos de investimentos renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A., com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB), remuneradas, em 2025 à taxa de 99%% a 100,5% (2024 de 90% a 123%) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 Recursos vinculados a projetos

	2025	2024
Recursos restritos vinculados a projetos (nota explicativa nº 11)	699.146	1.924.668
Total	**699.146**	**1.924.668**

6 Adiantamentos diversos

	2025	2024
Depósitos em caução (i)	117.456	89.700
Adiantamentos a colaboradores (ii)	15.630	98
Adiantamentos a fornecedores (iii)	162.604	157.295
Total	**295.690**	**247.093**
Circulante	178.234	157.393
Não circulante	117.456	89.700
Total	**295.689**	**247.093**

(i) Correspondem às garantias em dinheiro (depósito caução) estabelecidas para assegurar o cumprimento das obrigações constantes nos contratos de locação assinados pela Entidade e foram atualizados em 31 de dezembro de 2025. São eles:

	Valor do caução	
	2025	**2024**
Rua Flamengos, n° 20 - Calhau - São Luís	27.173	24.000
Rua Enxovia, n° 472 - Ed. Neo Corporate, sala 1007 - São Paulo	64.066	48.000
Av. Jóquei Clube, 299 - Euro Business - Teresina - Piauí	12.429	9.000
Av. Luis Viana, 13.223 - Torre 04 - sala 11 - S. Cristóvão - Salvador	13.788	8.700
Total	**117.456**	**89.700**

(ii) Os adiantamentos concedidos a colaboradores referem-se à adiantamentos de viagens, cujas despesas são reconhecidas no resultado da Entidade a partir da prestação de contas dos valores tomados.

(iii) Os adiantamentos concedidos a fornecedores têm por finalidade a contratação de serviços ou aquisição de mercadorias, a serem integralmente aplicados em projetos. Tais valores são reconhecidos no resultado da Entidade mediante o recebimento dos respectivos serviços ou mercadorias.

7 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios de escritório	Veículos	Computadores e periféricos	Benfeitoria em imóveis de terceiros	Total
Saldo total de custo em 31 de dezembro de 2023	88.481	198.081	562.500	1.232.177	293.676	2.374.915
Saldo total de depreciação em 31 de dezembro de 2023	(77.909)	(164.789)	(297.740)	(919.836)	(293.676)	(1.753.950)
Valor do imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2023	**10.572**	**33.292**	**264.760**	**312.341**	**-**	**620.965**
Adições de custo	18.830	7.040	-	145.931	-	171.801
Baixa de custo	-	(6.945)	-	(22.193)	-	(29.138)
Despesa de depreciação	(8.231)	(4.682)	(112.500)	(114.596)	-	(240.009)
Saldo total de custo em 31 de dezembro de 2024	107.311	198.176	562.500	1.355.915	293.676	2.517.578
Saldo total de depreciação em 31 de dezembro de 2024	(86.140)	(169.471)	(410.240)	(1.034.432)	(293.676)	(1.993.959)
Valor do imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2024	**21.171**	**28.705**	**152.260**	**321.483**	**-**	**523.619**
Adições de custo	28.747	(7.347)	-	104.558	-	125.958
Baixa de custo	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação	(4.084)	(3.657)	(112.500)	(124.910)	-	(245.151)
Saldo total de custo em 31 de dezembro de 2025	136.058	190.829	562.500	1.460.473	293.676	2.643.536
Saldo total de depreciação em 31 de dezembro de 2025	(90.224)	(173.128)	(522.740)	(1.159.342)	(293.676)	(2.239.110)
Valor do imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2025	**45.834**	**17.701**	**39.760**	**301.131**	**-**	**404.426**

8 Fornecedores

O saldo de fornecedores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 10.220 (R$ 44.046 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se, principalmente, à prestação de serviços de locação de equipamentos, transportes, energia elétrica e outros serviços prestados por pessoa jurídica nacional.

9 Salários, provisões e contribuições sociais

	2025	2024
Salários e remunerações a pagar	1.587	-
Provisão de férias e encargos	1.146.624	1.198.430
IRRF sobre a folha	164.304	134.926
Contribuição assistencial	1.600	1.593
INSS a pagar	95.410	76.439
FGTS a pagar	140.104	127.401
Total	**1.549.629**	**1.538.789**

10 Obrigações tributárias

	2025	2024
Imposto sobre serviços retido na fonte	63	-
Imposto de renda retido na fonte	10.870	5.710
Contribuição social - Lei n° 10.833	12.129	7.343
INSS de terceiros	1.696	4.996
Total	**24.758**	**18.049**

A Plan Brasil atende a todos os requisitos da legislação, sendo imune do imposto de renda (com base no art. 150 da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) — de acordo com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS — e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) — com base na Lei Complementar 187/2021.

Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de a Plan Brasil ser uma organização sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade/isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, bem como art. 195 da Constituição Federal (CF).

11 Receita diferida de projetos

Projeto	Saldo em 31/12/2024	Valores recebidos	Consumo	Saldo em 31/12/2025
Cambalhotas - São Paulo	-	702.858	(702.858)	-
Comunidades pelo Clima - Alcoa	295.330	-	(295.330)	-
Cambalhotas - Codó	20.145	447.770	(422.461)	45.454
Cambalhotas - Projeto José Setubal	-	100.000	(67.392)	32.608
Cambababy- São Luís	248.037	-	(166.737)	81.300
Empodera Elas - Codó	199.105	187.985	(323.342)	63.748
Aprender e Proteger - São Paulo	7.723	1.178	(8.370)	531
Água Saúde e Vida	33.891	1.129.144	(1.158.969)	4.066
Programa Adolescente Saudável - São Paulo	863	1.759.479	(1.747.143)	13.199
Escola de Liderança para Meninas - KCC	3.813	1.752.299	(1.756.112)	-
Pontes para o Futuro - São Paulo	10.142	7.119.773	(7.028.879)	101.036
Cambalhotas (MDH) - Teresina	448.190	-	(369.534)	78.656
Jovens Líderes pelo Fim da Violência de Gênero - São Paulo	400.000	-	(231.049)	168.951
Down to Zero - São Luís	14.132	1.393.548	(1.407.680)	-
Ciranda - São Luís	129.827	-	(129.827)	-
Líderes da Mudança - São Luís	-	50.000	-	50.000
Líderes da Mudança - São Paulo	113.470	-	(53.873)	59.597
Total	**1.924.668**	**14.644.034**	**(15.869.556)**	**699.146**
Circulante	537.851	-	-	699.146
Não circulante	1.386.817	-	-	-
Total	**1.924.668**	**-**	**-**	**699.146**

Projeto	Saldo em 31/12/2023	Valores Recebidos	Consumo	Saldo em 31/12/2024
Adolescente Multiplicando Saúde	8.548	-	(8.548)	-
Comunidades pelo Clima - Alcoa	396.832	752.015	(853.517)	295.330
Dadivar	43.373	-	(43.373)	-
Cambalhotas - Codó	56.421	375.904	(412.180)	20.145
Cambababy	-	250.000	(1.963)	248.037
Empodera Elas - Codó	119.034	345.970	(265.899)	199.105
Aprender e Proteger - São Paulo	203.964	1.305.655	(1.501.896)	7.723
La League - Codó	683	-	(683)	-
La League - São Luís	208.240	-	(208.240)	-
Escola de Liderança para Meninas - Salvador	54	-	(54)	-
Água Saúde e Vida	343.813	957.806	(1.267.728)	33.891
Programa Adolescente Saudável - São Paulo	253.586	1.058.793	(1.311.516)	863
Escola de Liderança para Meninas – KCC	284.742	1.037.825	(1.318.754)	3.813
Pontes para o Futuro - São Paulo	638.659	2.037.238	(2.665.755)	10.142
Cambalhotas (MDH) - Teresina	-	585.716	(137.526)	448.190
Jovens Líderes pelo Fim da Violência de Gênero - São Paulo	-	400.000	-	400.000
Down to Zero - São Luís	-	951.153	(937.021)	14.132
Ciranda - São Luís	645.200	-	(515.373)	129.827
Wash Salvador	313.624	137.131	(450.755)	-
Líderes da Mudanças - São Paulo	240.800	-	(127.330)	113.470
Total	**3.757.573**	**10.195.206**	**(12.028.111)**	**1.924.668**
Circulante	3.068.020	-	-	537.851
Não circulante	689.553	-	-	1.386.817
Total	**3.757.573**	**-**	**-**	**1.924.668**

12 Demais provisões

	2025	2024
Provisão dissídio - Maranhão (i)	344.851	506.038
Total	**344.851**	**506.038**

(a) Devido a convenção coletiva relativa ao dissídio do estado do Maranhão ainda não ter sido publicada, a Entidade provisionou o montante relativo ao ajuste previsto.

13 Provisão para contingências

A Plan Brasil é parte envolvida em processos judiciais em andamento e está discutindo essas questões nas esferas judiciais correspondentes, amparadas sempre que necessário, por seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não existiam processos com probabilidade de perda provável para o registro de provisão para contingência, bem como processos avaliados como probabilidade de perda possível para divulgação em nota explicativa.

14 Patrimônio líquido

Patrimônio social

O patrimônio social da Plan Brasil em 31 de dezembro de 2025 de R$ 238.665 permaneceu inalterado em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, sendo constituído pelas associadas Plan International, Inc. e Plan Limited.

Superavit do exercício

O superávit apurado no exercício de 2025, no montante de R$ 7.904.271 (R$ 45.579.829 em 31 de dezembro de 2024), foi integralmente destinado à conta específica de "Reservas para Projetos Sociais", em conformidade com as deliberações da Administração e com os objetivos institucionais da Entidade. Em decorrência dessa destinação, o saldo acumulado da referida reserva totalizou R$ 55.810.065 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 47.905.796 em 31 de dezembro de 2024).

Patrimônio líquido

A composição do patrimônio líquido da Plan Brasil em 31 de dezembro de 2025 corresponde à somatória do patrimônio social e das reservas para projetos sociais, totalizando R$ 56.048.730 (R$ 48.144.461 em 31 de dezembro de 2024). Tais recursos possuem destinação sem restrições podendo ser aplicados no fortalecimento institucional da Entidade, à execução de sua missão social, ao desenvolvimento de suas atividades finalísticas, programas e projetos sociais, bem como à manutenção de sua estrutura administrativa, operacional, de gestão e governança.

De acordo com o Parágrafo Único, Capítulo IV do Estatuto Social da Plan Brasil, uma vez deliberada a extinção da Entidade, o seu patrimônio será estendido à outra entidade congênere registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, ou à entidade pública.

Destinação do superávit

Por ser considerada sem fins lucrativos, a Plan Brasil não remunera sob nenhuma forma seus dirigentes pelos serviços prestados. Quando apresenta superávit em suas contas, destina o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetos sociais, sendo incorporados ao patrimônio social.

De acordo com o artigo 6 do Estatuto Social da Plan Brasil, esta não distribuirá, em nenhuma hipótese, lucros, dividendos, bonificações ou vantagem de espécie alguma, devendo os resultados superavitários, verificados ao final de cada exercício, serem reinvestidos em atividades que garantam o cumprimento dos objetivos sociais.

15 Receita líquida

	2025	2024
Doações para projetos internacionais (a)	29.392.656	21.291.829
Doações pessoa jurídica (b)	3.382.527	45.184.107
Doações pessoa física	797.276	965.091
Doações recebidas em serviços e produtos (c)	384.692	2.904.699
Conselheiros (c)	138.647	297.510
Vendas de livros	12.300	1.286
Total	**34.108.098**	**70.644.522**

(a) Receita internacionais

	2025	2024
Receitas internacionais de terceiros (i)	13.160.172	8.447.846
Plan International Headquartes (i)	8.716.691	6.454.440
Plan International France (i)	624.849	732.459
Plan International Deutschland E.V. (i)	6.890.944	5.657.084
Total	**29.392.656**	**21.291.829**

(i) Os valores registrados como receitas internacionais de partes relacionadas ocorrem mediante contratos formalizados entre as partes.

(b) Do total de doações recebidas de pessoas jurídicas em 2024, o montante de R$ 41.680.000 (quarenta e um milhões, seiscentos e oitenta mil reais) está relacionado a doação única, recebida em 12 de abril de 2024 da Goldman Sachs Philanthropy Fund, sem quaisquer restrições quanto ao prazo e forma de utilização, nem cláusulas de devolução residual. A destinação do recurso seguiu o processo de governança usual para definição e aprovação de sua utilização.

(c) Receita com gratuidade

As gratuidades identificadas pela Administração, prestadas nos exercícios de 2025 e 2024, bem como o seu valor justo, estão apresentadas na demonstração do resultado na conta "Receitas com gratuidade" e referem-se aos seguintes serviços:

	2025	2024
Google - serviço de busca gratuito	358.489	311.593
Remuneração do Conselho Curador (ii)	138.647	297.510
Absorventes	20.429	13.331
Serviços de consultoria (iii)	-	2.575.000
Roupas e acessórios	5.774	4.775
Total	**523.339**	**3.202.209**

(ii) No exercício de 2025, a organização promoveu a reestruturação da metodologia de valoração das horas de trabalho voluntário, passando a adotar a classificação por categorias de perfil de atuação. As atividades operacionais e de suporte (área-meio), bem como a atuação da Presidência e dos demais membros de conselhos e comitês de gestão, passaram a ser valoradas com base na Tabela Orientativa para Cobrança de Honorários sobre Serviços e Responsabilidade Técnica prestados por Administradores, publicada pela Federação Nacional dos Administradores (FENAD). Já as atividades de campo diretamente relacionadas à finalidade social da organização passaram a ser valoradas com base na Tabela de Honorários 2025, publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A adoção dessas referências tem como objetivo conferir maior consistência técnica, transparência e aderência às práticas de mercado e às normativas profissionais aplicáveis ao processo de mensuração do trabalho voluntário.

(iii) Serviços de consultoria em caráter de doação, oferecida pela BAIN Brasil Ltda. em 2024, com a finalidade de mapeamento de ponto de partida no mercado de doações e construção de plano de captação nos segmentos prioritários.

16 Custos com projetos sociais

	2025	2024
Custos com pessoal	(9.208.225)	(8.590.625)
Materiais e eventos	(7.217.143)	(3.317.876)
Serviços profissionais (i)	(3.869.581)	(5.262.644)
Viagens e hospedagens	(746.727)	(692.805)
Manutenção	(367.786)	(402.221)
Aluguel	(926.180)	(944.256)
Telefone e internet	(259.265)	(186.361)
Serviços públicos	(102.842)	(132.695)
Publicidade	(366.456)	(131.529)
Serviços de cartório	(37.183)	(3.312)
Custo de mercadoria	(30.436)	(54.433)
Total	**(23.131.824)**	**(19.718.757)**
Classificados como:		
Custos com projetos	(22.966.974)	(16.841.154)
Custos com gratuidades (ii)	(164.850)	(2.877.603)
Total	**(23.131.824)**	**(19.718.757)**

(i) Os valores se referem a execução de projetos da Plan Brasil, como consultorias especializadas, serviços de catering, auditorias de projetos, auditoria anual, gratuidades entre outros.

(ii) Em 2024, inclui principalmente o serviço de consultoria em caráter de doação, oferecida pela BAIN Brasil Ltda. como mencionado na nota explicativa nº 15 (iii).

17 Despesas

Despesa por natureza	**2025**	**2024**
Despesas com pessoal	(7.133.446)	(7.065.924)
Depreciação	(245.151)	(268.014)
Serviços profissionais	(1.115.079)	(1.070.035)
Manutenção	(55.026)	(159.632)
Viagens e hospedagens	(178.745)	(108.471)
Materiais e eventos	(143.067)	(146.336)
Serviços públicos	(14.251)	(17.516)
Aluguel	(135.948)	(123.273)
Telefone e internet	(111.177)	(53.855)
Publicidade	(200.391)	(133.227)
Serviços de cartório	(21.326)	(17.283)
Outras (despesas) receitas	(347.761)	(59.397)
Total	**(9.701.368)**	**(9.222.963)**

Classificadas como:	**2025**	**2024**
Despesas gerais e administrativas	(9.353.605)	(8.838.960)
Despesas com gratuidades	(358.489)	(324.606)
Outras receitas (despesas) operacionais	10.726	(59.397)
Total	**(9.701.368)**	**(9.222.963)**

18 Resultado financeiro

	2025	**2024**
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(22.351)	(13.729)
Multas e juros	(3.004)	(1.632)
	(25.355)	**(15.361)**
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	6.626.264	3.892.388
Descontos obtidos	700	-
Outras receitas financeiras	27.756	-
	6.654.720	**3.892.388**
Total	**6.629.365**	**3.877.027**

19 Isenção de contribuição para seguridade social

Por se enquadrar nos pré-requisitos instituídos pela Lei n° 9.732, de 11 de dezembro de 1998, e Decretos n°s 3.039 e 4.327, de 28 de abril de 1999 e 8 de agosto de 2002, respectivamente, a Entidade é considerada isenta das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, quais sejam: cota patronal e demais contribuições a ela vinculadas — salário educação, SAT, Incra, Senac, Sesc, Sebrae, PIS e COFINS.
Em 2021 foi sancionada a Lei Complementar 187, que dispõe sobre a concessão do CEBAS, alterando diversos procedimentos para a renovação do referido certificado. Uma das principais alterações refere-se à mudança do órgão responsável para análise e emissão do CEBAS. A partir de 1° de janeiro de 2010, o órgão responsável para análise do pleito da beneficência da Entidade passou a ser o Ministério do Desenvolvimento Social, uma vez que, conforme tal legislação, a alçada de responsabilidade do pedido de renovação da beneficência ocorre de acordo com a área de atuação da Entidade.

O valor relativo à isenção previdenciária, como se devida fosse gozada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R$ 2.896.169 (R$ 2.635.154 em 31 de dezembro de 2024), foi totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos.

20 Manutenção do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social)

Em 06 de dezembro de 2022, foi publicada no Diário Oficial da União a decisão de renovação do CEBAS na área de Assistência Social, concedida por meio do Processo nº 235874.0183481/2021, inscrito sob o CNPJ nº 02.326.629/0001-51. O referido certificado possui validade no período de 18 de dezembro de 2021 a 17 de dezembro de 2024. Em conformidade com a legislação vigente, o CEBAS permanece válido até a decisão final do pedido de renovação, desde que protocolado tempestivamente. Nesse sentido, registra-se que, em 27 de setembro de 2023, foi protocolado o requerimento de renovação antecipada, sob o Processo nº 308796.0729179/2023, atualmente registrado na fase de Requerimento. Posteriormente, em 03 de dezembro de 2024, foi apresentado novo protocolo de renovação, sob o Processo nº 308796.1170160/2024, o qual se encontra, no momento, em fase de Análise Técnica. Dessa forma, o certificado mantém sua vigência e regularidade perante os órgãos competentes até a conclusão da análise dos pedidos de renovação em trâmite, não havendo, até o momento, qualquer interrupção na validade do CEBAS da instituição.
As aplicações dos recursos em gratuidades atenderam ao que preceitua a Constituição Federal no art. 195, III, §7º, que concede a isenção da contribuição social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências estabelecidas em lei.

21 Isenção do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) de quaisquer bens ou direitos

A Plan Brasil é reconhecida como uma entidade de assistência social sem fins lucrativos e, portanto, conforme art. 107 da Lei n° 7.799/02 e alterações, não há incidência do ITCMD.

22 Pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, o Conselho Curador responsável por administrar e definir os processos estratégicos da Entidade era composto pelas seguintes pessoas físicas:

Felipe Brescancini Raposo de Melo, que exerceu o cargo de Presidente no período de janeiro a agosto;
Ianda Lopes Lima dos Santos, que atuou como Vice-Presidente entre janeiro e agosto, assumindo posteriormente a Presidência no período de agosto a dezembro;
Michelle Sampaio Carneiro, que exerceu o cargo de Conselheira entre janeiro e agosto, passando a ocupar a função de Vice-Presidente de agosto a dezembro;
Maíra Braga Oltra, que atuou como Conselheira durante todo o período de janeiro a dezembro; e
Carmen Elena Aleman Brizuela, que exerceu o cargo de Conselheira no período de janeiro a dezembro.

Em 2024, a Plan Brasil estruturou sua governança institucional por meio de comitês, que têm como objetivo compartilhar conhecimento, apoiar a tomada de decisão e fortalecer a articulação com o time estratégico da Plan International Brasil.

Os comitês são organizados da seguinte forma:

- Governança
- Fundraising, Comunicação e Marketing
- Financeiro
- Programas e Advocacy

Os comitês são formados por membros voluntários, que contribuem com sua experiência e conhecimento de forma colaborativa, sem vínculo de mandato formal ou definição de carga horária fixa.

A Entidade não remunera seus conselheiros, entretanto, conforme descrito na nota explicativa nº 15, a norma ITG 2002 prevê, para fins de divulgação, a mensuração dessa remuneração em bases estimadas, caso houvesse o respectivo desembolso.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta da seguinte forma:

	2025	**2024**
Seguro de viagens internacionais	22.279.275	6.812.203
Seguro predial	13.701.600	15.695.267
Seguro de responsabilidade civil	2.200.000	2.100.000
Seguro de acidentes pessoais coletivos	38.913.736	38.913.736
Seguro de veículos	1.380.000	780.000

As apólices têm vencimento de 12 meses, sendo renovadas anualmente.

A Entidade entende que tais coberturas são suficientes, sendo que as mesmas não são objeto de exame pelo auditor independente.

24 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber de clientes e fornecedores, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um associado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade e representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.152.488	49.361.926
Contas a receber de clientes		1.045	1.045
Total		**57.153.533**	**49.362.971**

Caixa e equivalentes de caixa

A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Contas a receber de clientes

O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pelas contraprestações provenientes de emissão do recebimento das contribuições associativas. Não há concentração de risco de crédito no modelo das atividades da Entidade.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

d. Política de gestão de riscos

A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Administração, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

e. Hierarquia de valor justo

A seção 11 do Pronunciamento técnico PME (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC PME (R1) descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

Nível 1 - A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico (ou ativo similar) em mercado ativo. Este normalmente é o preço corrente de compra;

Nível 2 - Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de contrato de venda fechado ou transação recente para ativo idêntico (ou ativo similar) em transação em bases usuais de mercado entre partes conhecedoras e interessadas fornece evidência de valor justo;

Nível 3 - Se o mercado para o ativo não está ativo e quaisquer contratos de venda fechados ou as transações recentes envolvendo ativo idêntico (ou ativo similar) por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a entidade deve estimar o valor justo utilizando outra técnica de mensuração.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado substancialmente pelas aplicações financeiras).

* * *

Ianda Lopes Lima dos Santos
Presidente

Cynthia Betti
Diretora Executiva

Aguinaldo Luiz de Lima
Contador - CRC/SP 160005/O-5